EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA SINCRONIA ENTRE CULTURA E POLÍTICA: A EXPERIÊNCIA DISCENTE NO MOVIMENTO ESTUDANTIL

UNIVERSITY EXTENSION SYNCHRONY BETWEEN CULTURE AND POLITICS: THE STUDENT EXPERIENCE IN THE STUDENT MOVEMENT

Alessandra Domingos de Souza[1]
Lucimar Souza Arguelho[2]

RESUMO: O trabalho refere-se a um relato de experiência vivenciado por discentes da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). O objetivo foi expor a atividade de extensão como um instrumento interdisciplinar e sua importância na formação acadêmica. Para tanto, explanamos de forma qualitativa a vivencia no 14ª Conselho Nacional de Entidades de Base (CONEB), um dos principais fóruns do movimento estudantil brasileiro, realizado na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no Recife, entre os dias 18 a 21 de Janeiro de 2013. Conforme revisão de literatura a experiência vivenciada pelos discentes em extensões universitárias vem contribuindo para a problematização da realidade, trocas de culturas, construção de significados e para a formação da consciência crítica por parte dos mesmos, sendo assim um instrumento de construção emancipador e democrático.

Palavras-chave: Democracia. Cultura. Extensão universitária.

ABSTRACT: The work refers to Experience students of the Federal University of Grande Dourados (UFGD). The objective expose the extension activity as interdisciplinary importance instrument in education. To do so, we explain qualitatively the experiences no 14th National Council of Base Entities (CONEB), one of the main forums of the Brazilian student movement, Held at the Federal University of Pernambuco (UFPE), in Recife, from 18 to 21 January 2013. According as literature through extensions students with as university contributes the for the same questioning of reality, cultures exchanges, consciousness construction of meanings and formation criticism, being a construction instrument emancipating and democratic.

Keywords: Democracy. Culture. University Extension.

Introdução

A sociedade contemporânea na qual vivemos é repleta de constantes transformações, o mundo vive em transposição de informação com uma velocidade

[1] Graduada em pedagogia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Mestranda em Educação, na Faculdade de Educação/UFGD. *E-mail:* alessandra1415@hotmail.com.
[2] Graduada em Letras - literatura e graduanda em letras - Inglês pela UFGD. Membro GEPRAFE e NEAB -NEDGS-UFGD e coordenadora do CMSNEGRAS e do Coletivo Nacional "Francisca Trindade". *E-mail:* lucyhara69@hotmail.com.

jamais vista em outros séculos. Tudo isso tem influenciando direta e indiretamente na educação, tanto positiva quanto negativamente. Pois, a educação escolar cumpre um papel central em todos os aspectos da sociedade contemporânea, já que os atributos desejáveis para uma educação de qualidade dependem de diversos fatores, dentre os quais esta a possibilidade de várias interpretações conforme diferentes interesses, demandas sociais, valores fundamentados na visão de qual sociedade queremos, ou seja, a educação é perpassada pelos limites e possibilidades da dinâmica econômica, social, cultural e política de uma sociedade.

No Brasil, no início da década de 1980, período em que se buscava a democratização da sociedade e do Estado brasileiro e o fortalecimento de expectativas, demandas e lutas no contexto das resistências ao regime ditatorial militar, os estudos sobre as políticas públicas, ganharam centralidade, pois conforme Azevedo (1997) as políticas públicas são as ações empreendidas pelo Estado que configuram os modos de articulação entre Estado e Sociedade.

Nesse sentido, as políticas são criadas como resposta do Estado às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, sendo a expressão do compromisso público de atuação numa determinada área, visando amenizar suas necessidades em termos de distribuição e redistribuição das riquezas, dos bens e serviços sociais no âmbito Federal, Estadual e Municipal. São políticas de economia, educação, saúde, meio ambiente, ciência e tecnologia, trabalho, entre outras, sendo que sua construção obedece a um conjunto de prioridades, princípios, objetivos e diretrizes bem definidas "informadas pelos valores, símbolos, normas, enfim, pelas representações sociais que integram o universo cultural e simbólico de uma determinada realidade" (AZEVEDO, 1997, p. 5).

Conforme Palumbo (1994) as políticas públicas estão sempre mudando à medida que são formadas e reformadas, modificadas e transformadas. Dessa forma, para o autor, as políticas públicas devem ser entendidas como uma série histórica de intenções, ações e comportamentos de muitos participantes na consecução de atividades próprias do governo.

Segundo Nascimento (2011) no aspecto social manifesta-se pela ampliação das oportunidades de acesso à escola; no aspecto político, cumpre o papel na formação do cidadão, tornando-o apto a viver numa sociedade democrática; no aspecto socioeconômico cumpre o papel de formar o trabalhador, além de promover uma educação de qualidade, visando o desenvolvimento integral do educando. Adotando uma

postura permanente de reflexão, sobre a escola e educação que temos e a escola/educação que queremos.

O que implica ao espaço escolar estar preparado para intervir e melhorar a formação inicial e continuada dos professores a fim de valorizar a prática do magistério, mas principalmente como forma de garantir "[...] um padrão mínimo de qualidade" (BRASIL, 1988) que é reafirmado pela legislação nacional posterior, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9.394/96, que assegura o direito à educação, portanto a aprendizagem do sujeito e condições para realização do ensino e a efetivação da aprendizagem.

Neste sentido, além de criar novos espaços de sociabilidade política, o movimento estudantil proporcionado pela extensão universitária (extracampo) vem estabelecendo com os estudantes outros canais de comunicação tão necessários vistos o desgaste de representação que atinge a maioria das entidades políticas, fruto da descrença social acerca da política institucional. Sendo assim e para ir além da descrença social, este estudo usa como base conceitual a perspectiva teórico-metodológica da comunicação popular, comunitária e alternativa que segundo Peruzzo (2004, 2009, 2012), é auto-gestionária bem como das noções de cidadania cultural de Chauí (2006), ambas concepções se fundamentam na perspectiva da autonomia e do protagonismo popular como facilitadores do processo de ampliação do exercício da cidadania em todas as suas dimensões, seja ela no contexto sociocultural, educacional e subjetivo, tornando possível ir além dos entraves e descrenças sociais. A investigação se viabiliza por meio de pesquisa bibliográfica e o estudo de documentos, quais sejam normas, relatos de experiências relacionados ao protagonismo estudantil, por meio de projetos de por extensões que tenham como objetivo a construção de conhecimentos em projetos extracampo como por exemplo o CONEB (2013). Pois os projetos extensivos tem qualificado a formação dos discentes, no sentido de qualificar o conhecimento, abrangendo uma nova realidade seja ela positiva ou negativa. Ao vivenciar o além dos "muros" universitários se tem a oportunidade de ir ao encontro de uma cultura diferenciada de um novo conflito social.

Nesta perspectiva o Conselho Nacional de Entidades de Base - CONEB (2013) se enquadra perfeitamente dentro dos direcionamentos dos conflitos ideológicos sistematizando as necessidades coletivas em todo o processo de decisão, atuando como um formulador da política pública e privada afim de se alcançar os ideais civis

democráticos por meio dos discentes como atores sócias de politica para a emancipação social e ir além das ideologias educacionais neoliberais e tradicionais.

Para tanto a bibliográfica privilegiou a abordagem qualitativa, utilizamos o método qualitativo que conforme Chizzotti (2001, p. 98) se constitui em "um método de tratamento e análise de informações, colhidas por meio de técnicas de coleta de dados, consubstanciadas em um documento". Vamos relacionar a experiência oportunizada pelo CONEB (2013) aos resultados da pesquisa bibliográfica com os aspectos legais que nortearam à construção do Programa Cultura Viva, construindo um elo sincronizado entre aspectos teóricos e práticos proporcionados pela Extensão Universitária, por meio do movimento estudantil no qual estudantes de diversos Estados, se reuniram em Pernambuco para o Conselho Nacional de Entidade de Base- Coneb (2013), debatendo entre outras pautas, os desafios do Plano Nacional de Educação (PNE) e reivindicando melhoras socialmente referenciadas para educação.

1 A sincronia entre cultura e politica

Segundo a revisão de literatura a cultura está, cada vez mais, no centro do debate político brasileiro, sendo assegurada como um direito. A Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 757 (BRASIL, 2011) que transforma o Programa Cultura Viva em Política Nacional, sendo que o Congresso Nacional decreta como objetivos do Programa:

> [...] I – Garantir o pleno exercício dos direitos culturais aos cidadãos brasileiros, dispondo-lhes os meios e insumos necessários para produzir, gerir e difundir iniciativas culturais; II – Estimular o protagonismo social na elaboração e na gestão das políticas públicas; III – Promover uma gestão pública compartilhada e participativa, amparada em mecanismos democráticos de interlocução com a sociedade civil; IV – Consolidar os princípios da participação social nas políticas culturais; V – Garantir o respeito à cultura como direito de cidadania, à diversidade cultural como expressão simbólica e como atividade econômica; VI - Estimular iniciativas culturais já existentes, através da transferência de recursos do Ministério da Cultura para os beneficiários designados por meio desta lei; VII - Promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural; VIII - Potencializar iniciativas culturais, visando à construção de novos valores de cooperação e solidariedade; IX - Estimular a exploração, o uso e a apropriação dos códigos, linguagens artísticas e espaços públicos e privados disponibilizados para a ação cultural.
>
> Art. 3º São considerados beneficiários do Cultura Viva - Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania: I - Estudantes e jovens de todos os segmentos sociais; II - Comunidades tradicionais indígenas, rurais e quilombolas; III - Agentes culturais, artistas, professores e todos aqueles que desenvolvam ações de arte, cultura e educação; de todos os saberes e fazeres. (BRASIL, 2011).

À luz dessa conquista histórica e a tento ao debate, o Instituto Circuito Universitário de Cultura e Arte (CUCA), da União Nacional dos Estudantes (UNE) realizou, no Rio de Janeiro, seu 12º Seminário Nacional.

O encontro reuniu estudantes de todo o Brasil e contou como convidados a Secretaria de Políticas Culturais do Ministério da Cultura e com o Sr. Elder Vieira, do Fórum de Pró-Reitores de Extensão. O centro de discussões foi o Plano Nacional de Cultura e Educação como projeto de Extensão para as Universidades. Partindo deste principio, o movimento estudantil brasileiro, por meio da União Nacional dos Estudantes em parcerias com Instituições de Ensino no caso superior, por meio da Extensão Universitária, vem promovendo por meio do tripé Pesquisa, Ensino e Extensão, projetos para tornar a educação mais democrática e aberta à diversidade e à pluralidade, com maior participação dos estudantes no processo de decisão educacional por meio dos Centros Acadêmicos (CAs) e os Diretórios Acadêmicos (Das). Segundo Mattos (2006, 2013) está tentativa de se expressar através de outras vias (no caso os projetos de Extensões, plenárias, debates, mobilidades regionais, atividades extracampo), incorporando em seu interior, temáticas interdisciplinares e transversais às tradicionalmente conhecidas, aos poucos, traz para si uma renovação em termos de forma e conteúdo que se notabiliza através de outras pautas e reivindicações, formas de atuação e espaços de participação.

No tocante à cidadania cultural, segundo Marilena Chauí (2010, p 67-69) significa tomar a "cultura como direito dos cidadãos e como trabalho de criação [...], sem confundi-los com as figuras do consumidor e do contribuinte". Para CHAUI (2010, p 238), a ideia de cidadania cultural se insere numa "política em que a concepção de cultura não se reduz ao supérfluo, ao entretenimento, aos padrões do mercado", à oficialidade doutrinária (que é ideológica), mas se realiza como direito de todos os cidadãos, direito a partir do qual a divisão social das classes ou a luta de classes possa manifestar-se e ser trabalhada porque, no exercício do direito à cultura, os cidadãos, como sujeitos sociais e políticos, se diferenciam, entram em conflito, comunicam e trocam suas experiências, recusam formas de cultura, criam outras e movem todo o processo cultural. Trata-se de uma concepção que não exclui o direito de acesso às obras produzidas, "particularmente o direito de fruí-las, mas que inclui o direito de criar obras, isto é, produzi-las, e o direito de participar das decisões sobre políticas culturais" (CHAUÍ, 2010, p 136). Quanto ao direito à participação nas decisões de políticas culturais quer dizer o "direito dos cidadãos de intervir na definição de diretrizes culturais e dos orçamentos públicos, a fim de garantir tanto o acesso como a produção de cultura pelos cidadãos" (CHAUÍ, 2010, p 138).

No movimento estudantil e de reflexão sobre a realidade, são produzidos conhecimentos que ajudam na emancipação dos sujeitos e na transformação de tudo o que os cercam. Isso possibilita a saída da condição de alienação imposta pela classe dominante.

Segundo Paro (1997) com a participação ativa da comunidade escolar, a escola tem a possibilidade de ser realmente autônoma, pois o Estado não tem força para impor suas decisões se a comunidade escolar/sociedade reivindicar de forma unida seus reais interesses e/ou necessidades. Desta forma, a escola e o conhecimento são carregados de significados políticos, pois são produzidos no seio das relações políticas e sociais e por isso, não podem ser vistos como espaços neutros.

E, de acordo com Cury (2002, p. 171), é possível constituir na educação um trabalho coletivo, flexibilizado e desburocratizado "[...] mediante uma prática que articule a participação de todos e o desempenho administrativo/pedagógico e o compromisso sócio/político". A educação escolar deve ser em qualquer rede de ensino, um princípio antiautoritário, democrático e emancipador. Para tanto, são necessários instrumentos articuladores dessas redes que propicie formas distintas de interação, conforme afirma Arroyo (2001) devemos buscar formas de reeducar a cultura escolar e docente para torná-la mais pública, mais inclusiva e menos excludente.

E nesse sentido, "se pode afirmar que a juventude brasileira, historicamente, participou das mudanças na sociedade" (CARRANO apud NAZZARI, 2006b, p. 91) e nas lutas populares e de massa, se acredita que é por meio destes que se opõem e se torna possível a construção de um novo projeto hegemônico (NOGUEIRA, 2010). Sendo que hegemonia segundo Gramsci (1998), é um tipo de dominação consentida, significa obter um lugar de superioridade na sociedade, onde um grupo tem a capacidade de dirigir outros por meio de sua aceitação.

A opinião das classes dominante, as quais detêm o poder, relatam que a juventude não participa e não quer participar de política, porém, em contrapartida a esse posicionamento conservador, o movimento estudantil por meio das riquezas proporcionadas por quem os vivencia, vem desconstruindo esses discursos, e se mostrando de suma importância, por ser um instrumento do refazer educacional, dessa forma na próxima sessão abordaremos a experiência de discentes, em outras palavras o seu protagonismo estudantil no 14^0 CONEB-2013.

2 Experiência discente no Conselho Nacional de Entidade de Base (CONEB - 2013)

A indução à participação e a gestão democrática nas Políticas Educacionais brasileiras a partir da década de 1990, teve e tem como intuito buscar uma sincronia necessária à transformação educacional, pois só por meio da participação e tomada de consciência, o homem em processo continuo de transformação, pode alcançar sua tão sonhada emancipação social:

> E é nesse caráter contraditório de entendimento da participação que a educação pode dar direção à política educacional de um País num momento histórico de novo tipo, cujo significado indicaria para a transformação nas relações, superando orientações que apenas objetivam a manutenção da sociedade capitalista. (ARANDA, 2009, p. 21).

Entendemos que as mudanças na política educacional, acabam contribuindo, mesmo que a longo prazo, para significativas alterações societárias; acreditamos que mesmo em uma sociedade definida conforme ressalta Peroni (2012, p. 20), pela "hegemonização do capital", é possível por meio de reinvindicações coletivas construir uma educação e sociedade mais justa e igualitária, por que a história brasileira nos mostra que por meio do espirito coletivo de reinvindicação é possível dar grandes saltos qualitativos, sendo que de acordo com Nogueira (2010), em 1937 o primeiro segmento da comunidade acadêmica a se organizar fundou a União Nacional dos Estudantes (UNE), entidade de representação máxima estudantil no Brasil.

A UNE foi reconstruída na década de 1970 e voltou a participar dos movimentos políticos, culturais e educacionais do país. A entidade apoiou na organização da Campanha das "Diretas Já" e das passeatas pelo impeachment de Fernando Collor de Melo. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso a UNE fez várias manifestações contra as privatizações de empresas estatais e em defesa das universidades públicas. Nogueira (2010, p.4) traz que: "Entendemos, pois, que a juventude brasileira, que historicamente participa de embates políticos através de sua organização nos movimentos sociais, sendo um deles o movimento estudantil, vem a contribuir com o processo de edificação de uma nova hegemonia".

A participação do jovem nestas disputas sociais o torna um indivíduo consciente, fazendo com que, além de atuar politicamente no presente, futuramente será um ser humano fundamental na constituição deste projeto hegemônico no Brasil.

Em 2013, o movimento estudantil teve participação central, na histórica coletiva, onda de manifestações brasileiras, que se intensificaram a partir do mês de junho, reivindicando mais direitos e mudanças na estrutura da sociedade. Como desdobramento desse processo, a UNE desenvolveu lutas como a defesa da desmilitarização da Polícia

Militar no Brasil e da reforma política no país, com o fim do financiamento de empresas a campanhas como uma das principais reivindicações.

Porém como esta sessão se refere a um relato de experiência, vamos nos focar em relatar a experiência de alguns discentes da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), no Conselho Nacional de Entidade de Base-CONEB (2013), em relação a pauta debatida "os desafios do Plano Nacional de Educação (PNE)", para se alcançar uma qualidade socialmente referenciada da educação.

Isso porque a política para educação superior no primeiro governo de Dilma Rousseff foi uma continuação do programa anterior. Houve a manutenção de ações como o Reuni, o Prouni, Pnaes, Sinaes e fortalecimento do Enem como entrada nas IES, bem como houve o destaque para o papel delas dentro de demandas econômicas e de internacionalização da educação superior. O governo Dilma aprofundou as iniciativas do tipo como forma de continuidade das políticas de expansão. Lula havia fundado quatro universidades com esse foco, sua sucessora criou o programa Ciência Sem Fronteiras, em 2011. O objetivo era incentivar o intercâmbio entre estudantes, professores e pesquisadores em IES no exterior.

A política para educação superior do Governo Dilma Rousseff (PT), iniciado em 2011, demonstra até o momento, a continuidade do programa do governo Lula da Silva em relação à expansão da rede federal e a importância de novos papéis para as universidades consonantes com as demandas econômicas.

Em agosto de 2011, a presidenta Dilma Rousseff anunciou a continuidade do "Plano de expansão da Rede Federal de Educação Superior e Profissional e Tecnológica" mediante a construção de quatro novas universidades federais, novos campi universitários e Institutos Federais Tecnológicos (IFEs).

A presidenta estava afirmando a necessidade de continuar investindo para estimular o desenvolvimento da ciência e tecnologia, como também vinha ressaltando a importância das seguintes políticas: "Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), o Programa Ciências Sem Fronteiras e o Plano Inova Empresa". (COSTA & SOLIGO, 2014, p.13). Sendo que a principal reivindicação do movimento estudantil, referentes ao Plano Nacional de Educação (PNE), colocadas em pauta no CONEB-2013 foi:

> [...] a aprovação da meta 20 do PNE com a inclusão de 10% do PIB. Que consistia em aumentar em sua Meta 20: o investimento público em

> educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de sete por cento do Produto Interno Bruto (PIB) do país no quinto ano de vigência desta lei e, no mínimo, o equivalente a dez por cento do PIB ao final do decênio. (BRASIL, 2014. p. 84)**.**

Em busca de melhorias sociais, em junho de 2013, houve uma grande revolta popular que tomou as ruas do país. Não houve uma bandeira unitária, mas as principais reivindicações versavam sobre melhoria em mobilidade urbana, insatisfação com a corrupção na política, melhorias na saúde e educação. Essas manifestações alteraram a agenda política do governo e dos movimentos sociais. Dilma, então, anunciou 5 pactos que tratavam da reforma política, saúde, economia, transporte e educação, para a última, a presidenta declarou que apoiaria as propostas da UNE que tramitavam no congresso nacional, como consequência, houve a aprovação dos projetos de lei que direcionam recursos do petróleo para a educação e saúde, do estatuto da juventude e do PNE.

Considerações finais

Se faz necessário pontuar que com o impeachment da presidenta Dilma, o Brasil encontra-se em uma gravíssima ruptura democrática, diversas entidades do campo educacional e outros seguimentos da sociedade civil, vêm se opondo ao impeachment da presidenta Dilma, por ele estar se apresentando como um risco sem precedentes aos direitos sociais, educacionais e de cidadania, isso pois, as propostas de Michel Temer, com o argumento da necessidade de equilibrar as contas federais, tem se apressado em fazer uma reforma administrativa, que vem comprometendo e acabando com esses direitos, entre outros, garantidos na Constituição de 1988, e tudo isso com uma velocidade que só a ruptura democrática possibilita. Portanto, mais do que nunca se faz necessário entender a importância do movimento estudantil e movimento coletivo dentro dos espaços de formação acadêmica.

A prática tem cumprido um papel essencial na reflexão de uma sociedade voltada para uma educação mais justa e igualitária, e são estes espaços os principais centros de formação político brasileiro. Sendo que esses movimentos, tem contribuindo para reformular ações coletivas, que denunciam a exclusão e apontam proposta e solução para uns dos maiores problemas social que é a emancipação educacional e social no contexto econômico e cultural.

Dentro desses contextos sociais são geradas novas políticas, práticas e manifestações/ reivindicações que fomentam as ações e debates e exercendo e cumprindo um papel pedagógico para quem participa desses espaços de construção coletiva. Sendo

assim o movimento estudantil, tem um papel fundamental como um instrumento interdisciplinar de formação contribuindo para a problematização da realidade, trocas de experiências culturais para a formação da consciência, sendo assim um mecanismo de construção emancipador e democrático.

REFERÊNCIAS

ARANDA, M. A. de M. O significado do princípio da participação na política educacional brasileira nos anos iniciais do século XXI: o declarado no PPA "BRASIL DE TODOS (2004-2007)". 232 f. *Tese* (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2009.

ARROYO, Miguel. A universidade e a formação do homem. In: SANTOS, G. A. (Org.). *Universidade Formação Cidadania.* São Paulo: Cortez. 2001.
AZEVEDO, Janete Maria Lins de. *A educação como política pública*. Campinas-SP: Autores Associados, 1997.

BRASIL. SENADO FEDERAL. *Constituição da República Federativa do Brasil.* Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988, Brasília: Senado Federal Subsecretaria de Edições Técnicas, 1988.

BRASIL. MEC. *Lei Nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996.* Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. *Projeto de Lei 757/2011*. Câmara dos Deputados. Brasília, 2012. Disponível em: http://revistaforum.com.br/brasilvivo/2012/06/29/aprovada-porunanimidade-a-lei-cultura-viva-na-comissao-de-educacao-e-cultura-na-camara-dosdeputados/. Acesso em: 16 Mai.2016.

BRASIL. *Emenda Constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010*. Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227, para cuidar dos interesses da juventude. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ ccivil03/constituicao/emendas/emc/emc65. HTM. Acesso em: 18 Ago. 2017.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. *Aprova o Plano Nacional de Educação*.Disponívelem;http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: set. 2015.

CHAUÍ, M. *Cidadania cultural: o direito à cultura*. 2.reimp. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.

CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Biblioteca da educação. Série 1. Escola; v.16).

COSTA, Rejane Aparecida da; SOLIGO, Valdecir. *Políticas de Acesso à Educação Superior do PSDB ao PT*: Rupturas ou Permanência? 6º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais. Capitalismo Contemporâneo na América Latina: políticas sociais universitárias. Unioeste, 2014.

CURY, Carlos. Roberto Jamil. Gestão democrática da educação: experiências e desafios. *Revista brasileira de política e gestão da educação.* São Bernardo do Campo: ANPAE, v.18, n. 2, p.163-174, jul./dez. 2002.

GRAMSCI, A. *Cadernos da prisão stillo*. Monica, 1998. Disponível em: Acesso em: 18 ago. 2011.

MATTOS, André Luiz R. de R. *Movimento Estudantil*. São José do Rio Preto: Bom Dia, 2006 (Entrevista em jornal de circulação diária).

MATTOS, André Luiz R. de R. *Vida Universitária*. São José do Rio Preto: Bom Dia, 2006. (Entrevista em jornal de circulação diária).

MATTOS, André Luiz R. de R. *As reformas de base e o movimento estudantil.* Portal 'O Vermelho', São Paulo, 18 fev. 2013.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. A centralidade da educação na sociedade contemporânea. *Revista HISTEDBR On-line*, v. n. 41, p. 102-113, 2011.

NAZZARI, R. K. *Formas de (ex)pressão juvenil e (in)visibilidade social*. Cascavel: Coluna do Saber, 2010.

NAZZARI, R. K *Juventude brasileira*: capital social, cultura e socialização política. Cascavel: EDUNIOESTE, 2006.

NAZZARI, R. K *Empoderamento da juventude no Brasil:* capital social, família, escola e mídia. Cascavel: Coluna do Saber, 2006b.

NOGUEIRA, P. S. *Juventude*: construção de uma hegemonia. 2010. Acesso em: 18 de ago. 2011.

PALUMBO, D. J. A abordagem de política pública para o desenvolvimento político na América. In: _____. *Política de capacitação dos profissionais da educação.* Belo Horizonte: F'AE/IRHJP, 1989. p. 35-61. (Original: PALUMBO, Dennis J. Public Policy in América – Government in Action. 2. ed. Tradução Adriana Farah. Harcourt Brace & Company, 1994. p. 8-29).

PARO, Vitor Henrique. *Gestão democrática da escola pública.* São Paulo: Editora Ática, 1997. p. 9-14.

PERONI, Vera Maria Vidal. A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado. *Pro-Posições*, Campinas, v. 23, n. 2, p. 19-31, maio/ago. 2012.

PERUZZO, C.M. K. *Comunicação nos movimentos populares:* a participação na construção da cidadania. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

PERUZZO, C.M. K. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa. *Galáxia*: Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica da PUC-SP. (17), jun. 2009. p. 131-146.

PERUZZO, C.M. K. *Comunicação nos movimentos sociais*: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos. Paper apresentado no Ørecomm - Centre for Communication and Glocal Change, end Festival, Roskilde Dinamarca. 2012. Acesso: 16 maio 2016.

Relato recebido em: 17/05/2016

Relato aceito em: 18/08/2017